

Art. 1º Descentralizar a execução do(s) crédito(s) orçamentário(s), na forma a seguir especificada:

Programa de Trabalho	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos	Valor	Objeto
17.512.6210.2079.0001 - Manutenção das Atividades de Limpeza Pública	33.90.39	114	4.810.094,00	Custear as Atividades de Limpeza Pública

Art. 2º A Unidade Gestora Executante - UGE deve manter a documentação referente ao custeio das atividades de limpeza pública, à conta dos créditos recebidos, permitindo à Unidade Gestora Concedente - UGC, a qualquer tempo, acessar os documentos e acompanhar o andamento da execução da despesa, em atendimento ao estabelecido no art. 8º do Decreto nº 37.427, supramencionado.

Art. 3º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SALLES
Diretor-Presidente
U.O. Cedente

HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS
Diretora Presidente
U.O. Favorecida/Executante

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE

CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA 46ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

Aos três dias do mês de agosto de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal, localizada no Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte - SAAN, Quadra 01, Lote C, Comércio Local, Brasília/DF, às nove horas e trinta minutos, ocorreu abertura oficial da 46ª Reunião Plenária Extraordinária do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal - CDCA/DF, sob a Presidência do Conselheiro Fábio Felix, Presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e a presença da Vice-Presidente do CDCA/DF, Perla Ribeiro. Representantes Governamentais presentes: Andre Luiz Santangelo Vianna, representante Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Humano; Antonio Carlos de Carvalho Filho, representante suplente da Secretaria de Estado de Políticas para Criança, Adolescente e Juventude; Alvaro Sebastião Teixeira Ribeiro representante da Secretaria de Educação; Daisy Rotávio Jansen Watanabe como titular da Secretaria de Esporte e Lazer; Rogério Dias Pereira, representante da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, Emilson Ferreira Fonseca, representante da Secretaria de Planejamento; Thamiros Alves Ribeiro, representante da Subsecretaria da Juventude; Representantes da Sociedade Civil presentes: Daise Lourenço Moises representante da Assistência Social Casa Azul; Ailton Pereira da Costa como membro titular da Inspecção São João Bosco - CESAM DF; Renata Rodrigues Flores Alves, representante da ACM; Salviano Santim, representante do ISBET; Aresio Teixeira Peixoto, representante da OASSAB, Lauro Moreira Saldanha, representante da CCC; Francisco Rodrigues Corrêa e Paulo Henrique Pereira Farias, representantes do SINTIBREF; Clemilson Graciano da Silva representante da União Brasileira de Educação e Ensino - MARISTA; Fernanda Barbosa Granja Araújo, representante suplente do SINDISASC; Presentes ainda a Sra. Rosana Viegas e Carvalho, promotora, representando o MPDFT e o Sr. Alceu Avelar do Instituto Batucar. Abertos os trabalhos como não há quórum qualificado para votar o orçamento do Fundo para 2017, o presidente sugere passar para o Item 4 - Distribuição dos processos: Indica Instituto dos Direitos da Criança e Adolescente, distribuído para Secretaria da Criança; CIEE Centro Integração Empresa Escola, distribuído para Secretaria Adjunta de Esportes; SIAS Sociedade de Instrução e Assistência Social, distribuído para Casa de Ismael. Passando para o item 5 - Relatoria de processos. O conselheiro Rogério faz o relato sobre a instituição ISBET, favorável a renovação. O Conselheiro Beto solicita que seja anexado ao processo relatório da Secretaria do Trabalho e das dificuldades que os jovens encontram nas entrevistas que são submetidos. O conselheiro Salviano informa que a entidade só realiza triagem. O Conselho recomenda a proibição da prática de entrevistas. O presidente coloca em votação, mas a mesma ficou prejudicada, pois não há quórum qualificado. O conselheiro Clemilson relata dos problemas no serviço de aprendizagem, da precarização da mão de obra dos adolescentes e concorda com a posição do presidente de que o parecer deste conselho é mais importante que o relatório da secretaria. O conselheiro Salviano concorda e pede mais fiscalização. A conselheira Sra. Daise observa que os controles devem ser rígidos, pois o sistema de aprendizagem é questão social e que algumas instituições continuam operando de outros órgãos e que o sistema de aprendizagem tem que ser revisto. O conselheiro Ailton diz que a discussão tem que continuar e que as instituições têm o dever de acompanhar e dar formação e que o fórum da aprendizagem tem representatividade para cobrar. A Conselheira Daise diz que o CDCA tem que atuar como fiscalizador, que o acompanhamento dos aprendizes deve ser feito pela entidade. O conselheiro Salviano diz que a Renapsi foi a pioneira e hoje tem mais de 5000 aprendizes no estado de Goiás e sugere o convite ao Fórum de Aprendizagem para participar das discussões com o CDCA. O Presidente sugere a aproximação do CDCA junto às entidades para acompanhar o processo, desde a qualificação até o resultado final. O conselheiro Beto sugere discussão pública para criar regimento e monitoramento sobre a regulamentação da aprendizagem. Sugere a realização de seminário em conjunto o Fórum de Aprendizagem para aprofundar o debate. A conselheira Perla concorda que o debate deve ser organizado pelo CDCA e que o Jovem Candango deva ser ampliado. O conselheiro Clemilson sugere que o relatório deve ser espelhado na resolução e seguindo a risca. Informes: O presidente informa que a resolução 76 ainda não publicada. Que durante o Seminário Socioeducativo surgiram boatos sobre assédio aos conselheiros. A conselheira Perla, de pronto, disse que nessa gestão jamais houve assédio para imposição do voto, posição que o conselheiro Rogério também concorda e afirma. O conselheiro Antonio Carlos Filho diz que a discussão é desnecessária, pois não houve tal posicionamento. A conselheira Daisy concorda com o conselheiro Clemilson. A conselheira Danielle diz não se sentir coagida, que tem autonomia e seu pensamento vai de encontro com as crianças e adolescentes. O presidente sugere enviar ofício ao MP para acompanhamento e fiscalização. Que hoje não vê situação de coação, mas que o alerta no fórum sirva de lição. Que o objetivo não é deixar o clima tenso, mas lembrar para não se repetir o passado. A representante do

MP informa que o órgão não é de consulta e se houver violação o mesmo pode apurar. A conselheira Perla informa que se reuniu com o Secretário e que há o compromisso para encaminhamento da resolução nº 76 para publicação imediata. A Plenária decide que o edital deve ser publicado imediatamente após a reunião deste Conselho com a PGDF. Fica deliberado a abertura do processo de Eleição da Sociedade Civil e a Comissão de Legislação a responsável pela elaboração do edital e acompanhamento do processo. O conselheiro Paulo informa sobre a campanha que será desenvolvida juntamente com o Comitê Consultivo de Adolescentes durante as Olimpíadas. A discussão e votação das matérias que exigiam quórum qualificado ficaram prejudicadas. A sessão foi encerrada. Eu Reinaldo Costa, Secretário Executivo lavei a presente ata que vai assinada por mim e pelo Presidente do CDCA/DF, Fabio Felix.

REINALDO COSTA
Secretário Executivo

FÁBIO FELIX
Presidente do CDCA/DF

ATA DA 47ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de outubro de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões localizada no terceiro andar da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal, localizada no Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte - SAAN, Quadra 01, Lote C, Comércio Local, Brasília/DF, às quatorze horas e trinta minutos, ocorreu a abertura da 47ª Reunião Plenária Extraordinária do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal - CDCA/DF, sob a presidência do conselheiro Fábio Felix, Representantes Governamentais presentes: Perla Ribeiro, Secretaria da Criança, Adolescente e Juventude; Saulo Humberto Soares Gonçalves, Secretaria de Estado da Educação; Daisy Rotávio Jansen Watanabe, Secretaria da Adjunta de Esporte da Secretaria de Estado de Turismo Esporte e Lazer; Rodrigo do Prado Lima Ferraz, Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF. Pedro Cariello, Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do DF. Emilson Ferreira Fonseca, Secretaria de Estado de Planejamento Orçamento e Gestão do DF, Fabricio Rico Caruso e Rodrigo Oliveira Castro Dias, Secretaria de Estado da Casa Civil Relações Institucionais, Telmara de Araújo Galvão, Secretaria de Estado de Saúde DF, Alexandre Rodrigo Veloso, Secretaria de Estado da Paz Social do DF; Valdinéia Castro Miranda de Amorim, Secretaria Adjunta de Trabalho e do Empreendedorismo. Janilde de Lima Feitosa, Secretaria Adjunta de Turismo, José Carlos Preste Rocha Junior, Subsecretaria da Juventude; Representantes da Sociedade Civil presentes: Carliene Sena da Cunha, Obras Assistenciais Padre Natale Batezzi, Neidiana Jerônimo da Cunha, Assistência Social Casa Azul, Ailton Pereira da Costa, Inspecção São João Bosco - CESAM DF, Douglas Soares de Oliveira, Instituto Brasileiro de Pró Educação trabalho e Desenvolvimento- ISBET, Valdemar Martins da Silva, Casa de Ismael, Emanuelle Castro Rodrigues, Centro de Ensino de reabilitação - CER, Paulo Henrique Pereira Farias, Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Fernanda Barbosa Granja Araújo, Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultural do DF, Patrícia Andrade Santiago Silva, Aldeias Infantis; presente ainda o Sr. Paulo Eduardo CF Balsamão representante da Defensoria Pública. Item 1 - Informes: O presidente Fábio Felix coloca em pauta o processo 417.001550/2015, referente ao Centro de Atendimento Integrado a Criança e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual aprovado na 256ª Reunião Plenária Ordinária, para deliberação do Plano de Aplicação ajustado pela proponente. Colocado em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade para a realização da suplementação necessária. O presidente informa da necessidade de criação de grupo de trabalho para analisar e relatar a proposta de pesquisa sobre os adolescentes do Distrito Federal, elaborada pela CODEPLAN, orçada inicialmente em cerca de R\$1,5milhão. Foram designados para formação do GT os seguintes conselheiros: Perla Ribeiro, José Carlos Prestes Rocha Junior, Paulo Henrique Pereira Farias e Patricia Andrade Santiago Silva cujos nomes foram aclamados por unanimidade. O presidente destaca a importância da realização pela CODEPLAN de pesquisa sobre o sistema socioeducativo, que é um assunto de extrema relevância para este Conselho e que a análise e emissão de parecer deveria ser de competência da Comissão de Medidas Socioeducativo. Aprovado por unanimidade na plenária o encaminhamento do projeto para a Comissão de Medidas Socioeducativo. O presidente pede inversão de pauta para que seja apreciado o projeto Plena Harmonia. A conselheira Perla relata que o parecer da comissão de políticas públicas foi feito pelo conselheiro Vinicius Dias Cunha com parecer favorável, passando também pelo Conselho do Fundo com parecer favorável, sem ressalvas, a conselheira lembra que o projeto iniciou com a ação isolada do servidor Mafá e hoje o projeto já é reconhecido por manter egressos do sistema. Em votação o projeto da Orquestra Plena Harmonia no valor de R\$ 147.917,79, processo 414.000898/2015 foi aprovado em plenária por unanimidade. O conselheiro Valdemar solicita a palavra e diz que o conselho deve se ater a temática da criança e do adolescente e não ter essas tendências de governo e sociedade civil, mas que ele gostaria muito de entender porque os projetos do governo conseguem avançar com mais rapidez que os projetos da sociedade civil. O presidente Fábio Felix fez leitura do Edital 01/2016 com as alterações recomendadas pela Procuradoria do DF e os novos prazos sugeridos na plenária. Colocado em votação foi aprovado por unanimidade. O presidente faz a leitura da minuta de Edital prorrogando o prazo de inscrição no processo para eleição dos representantes da sociedade civil no CDCA/DF. Foi aprovado por unanimidade a prorrogação até 31 de outubro de 2016 o prazo para as entidades se inscreverem. O Secretário executivo Reinaldo trás a plenária uma ressalva da conselheira Daise no edital referente aos encargos trabalhistas, o conselheiro Emilson informa que a questão não foi discutida pelo Conselho do Fundo e, portanto não seria possível votar, o que foi aceito pela maioria e que retornaria para análise da Comissão do Fundo. O Presidente Fábio Felix coloca em pauta a discussão sobre a minuta da resolução que institui o Selo da Infância e pede que a conselheira Carliene faça as considerações. A conselheira Carliene solicita que inclua na resolução a observação do conselheiro Paulo sobre o inciso 05 do Art. 03, e que fique claro que o selo será concedido pelo CDCA. A conselheira Perla solicita que o mesmo seja concedido pelo CDCA em parceria com a Secretaria da Criança, Adolescente e Juventude. O Conselheiro Emilson sugere que o selo seja concedido para aquelas empresas que doaram recursos para o Fundo por dois anos consecutivos. Colocado em votação, foi aprovado por unanimidade a minuta de resolução de criação do selo tributo a infância. O presidente passa a palavra ao Conselheiro Emilson que expõe a necessidade de aprovação do remanejamento de recursos no Quadro de Despesas Orçamentárias do Fundo para a compra dos scanners, tendo em vista a necessidade de utilização dos recursos dentro do exercício de 2016. Colocado em votação foi autorizado e aprovado pela maioria dos presentes a emissão da NR (nota de remanejamento) para a adequação orçamentária e consequente aquisição de 8 (oito) conjuntos de inspeção corporal e de volumes por Raio X, já aprovado na 42ª Reunião Plenária Extraordinária, realizada em 01/12/2015. O Presidente Fábio Felix passa a palavra para o conselheiro Paulo Henrique que sugere que o CDCA/DF se manifeste sobre a medida provisória que afeta diretamente os adolescentes do ensino médio, informa que já tramitou na CLDF a questão da Escola sem partido e que essas discussões deveriam passar pelo Conselho. Sugere ainda a realização de audiência pública sobre esse tema. O presidente reforça a fala do conselheiro Paulo e lembra que o Conselho mantém posição contrária a muitas questões que vem sendo discutidas na CLDF. Em votação foi aprovada por unanimidade a realização de audiência pública. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerra os trabalhos e eu Meyre France Ferreira Leão